



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. INTRODUÇÃO**

---

- 1.1. A elaboração do presente Termo de Referência atende ao que dispõe o art. 6º, XXIII, c/c art. 40, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, e destina-se à formalização da primeira etapa do planejamento da contratação pública em apreço;
- 1.2. Os elementos que compõem o presente Termo de Referência, contemplam os requisitos estabelecidos no Art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 81 de 25 de novembro de 2022.
- 1.3. Visa, ainda, garantir aos interessados a clareza necessária à compreensão do objeto a ser contratado. No mesmo sentido, objetiva subsidiar elementos suficientes à formulação e julgamento objetivo das propostas.

**2. DO OBJETO**

---

- 2.1. Constitui objeto deste Termo de Referência, a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO DE ENGENHARIA PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, ESTRUTURAIS, ELÉTRICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS, NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE**, visando atender adequadamente às necessidades deste município, nos termos da legislação vigente e conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas neste termo de referência e seus anexos.
- 2.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da última assinatura constante no termo, na forma do art. 106 da Lei Federal 14.133/21, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da antedita Lei Federal 14.133/21.
- 2.3. Considerando o disposto no Art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de duração do contrato, observará a disponibilidade dos créditos orçamentários do exercício financeiro, no qual tenha sido firmado.
- 2.4. O objeto da pretensa contratação, deverá ser fornecido/entregue, conforme demanda do(a) contratante, e nas condições e quantidades requisitadas, por agente legalmente apto a representar o(a) demandante, ou por preposto nomeado por ato legal de autoridade competente.

**3. DA FUNDAMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

---

- 3.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. A inexistência de corpo técnico interno suficiente e especializado compromete a capacidade da Administração em garantir a regularidade, legalidade, eficiência e qualidade das obras públicas. Além disso, a fiscalização adequada das execuções contratuais e o correto assessoramento na elaboração de estudos e projetos técnicos são condições indispensáveis para assegurar a boa aplicação dos recursos públicos e a continuidade dos serviços de interesse coletivo;
- 3.3. Diante desse contexto, a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO DE ENGENHARIA PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, ESTRUTURAIS,**



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

**ELÉTRICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS**, é medida inadiável para garantir eficiência administrativa, ao mesmo tempo em que promove modernização institucional e fortalecimento das capacidades técnicas da Prefeitura.

**3.4.** A interrupção ou atraso no fornecimento do objeto elencado no presente instrumento pode comprometer a efetividade das operações públicas.

**3.5.** A estimativa das quantidades tem amparo no levantamento elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Mobilidade Urbana, conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

---

**4.1.** O levantamento da demanda para a contratação em comento leva em consideração a premente necessidade dos serviços constantes do presente Termo de Referência;

**4.2.** A solução adotada para atender à necessidade apresentada pela Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE é a **CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, de empresa de notória especialização, para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços de engenharia, conforme previsto no art. 74, inciso III, alíneas “a”, “b” “c” e “d”, da Lei nº 14.133/2021;

**4.3.** A empresa contratada deverá atuar no apoio técnico à Administração Municipal na análise, elaboração e complementação de projetos de engenharia e arquitetura, na fiscalização de obras públicas nas áreas de infraestrutura urbana, saneamento, educação e lazer, bem como no gerenciamento de contratos de repasse e convênios firmados com a União. A contratação também abrangerá o acompanhamento físico e financeiro das intervenções, emissão de pareceres técnicos e orientação na instrução processual e documental das etapas de execução contratual;

**4.4.** A adoção desse modelo de solução garante à Administração eficiência na condução de obras públicas, conformidade técnica e legal dos projetos e serviços, e segurança no uso dos recursos públicos, sobretudo em contextos que envolvem investimentos federais e exigem rigor no cumprimento de metas físicas e prazos;

**4.5.** A prestação será executada de forma contínua, com alocação de equipe técnica multidisciplinar e relatórios periódicos, respeitando cronogramas acordados e metas pactuadas com os setores responsáveis, assegurando controle, qualidade e eficiência na implementação das políticas públicas de infraestrutura;

**4.6.** Dada essa complexidade e especificidade, não é possível definir de forma objetiva e comparável um conjunto de especificações técnicas que permita a formulação de propostas em regime competitivo. O resultado esperado depende diretamente da expertise, metodologia e know-how do contratado, razão pela qual configura-se inviabilidade de competição e legitima-se a inexigibilidade de licitação;

**4.7.** Ademais, essa contratação atende aos princípios da eficiência, planejamento e economicidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo considerada a mais vantajosa para a Administração Pública;

**4.8.** A solução apresentada proporciona vantagens significativas para a Administração Pública, garantindo qualidade técnica elevada, eficiência administrativa e segurança jurídica;

**4.9.** Diante do que foi exposto, a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, proporciona a melhor solução para o interesse público, uma vez que assegura a prestação de um serviço de excelência, alinhado às características locais e ao planejamento estratégico da infraestrutura do município;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

**4.10.** O objeto desta contratação não se enquadra nas vedações, previstas no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021;

**4.11.** A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta especificação.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

---

**5.1.** A **CONTRATADA** será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável a execução do objeto.

**5.2.** A **CONTRATADA** será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, isentando a **CONTRATANTE** de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos dos seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto;

**5.3.** Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto deste Estudo Técnico Preliminar qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**;

**5.4.** A **CONTRATADA** se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do fornecimento/execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale refeição e outros benefícios exigidos, e ou firmados em convenções ou acordos coletivos, legalmente firmados e registrados no TEM.

**5.5.** A inadimplência da **CONTRATADA** para com encargos, não transfere a **CONTRATANTE** à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

**5.6.** A **CONTRATADA** deverá adotar todas as medidas para cumprimento das normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CONTRATANTE**;

**5.7.** A **CONTRATADA** deverá acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

**5.8.** A **CONTRATADA** deverá manter, durante o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**5.9.** A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade dos serviços a serem fornecidos, devendo, quando solicitado, substituir prontamente aqueles que porventura não atendam aos requisitos contratados, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

**5.10.** A **CONTRATADA** deverá indicar um profissional de engenharia, do seu quadro técnico, para atuar como o Responsável Técnico dos Serviços, com as qualificações e habilitação mínimas que serão descritas neste Termo de Referência;

**5.11.** A **CONTRATADA** deverá garantir que todos os serviços deverão ser realizados por profissionais especializados, que tenham qualificação, treinamento, uniformização, identificação e habilitação adequadas para a realização deste tipo de serviço;

**5.12.** Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à **CONTRATADA** otimizar a gestão de seus empregados, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da **CONTRATANTE**;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

**5.13.** A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo, evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução;

**5.14.** Nenhum serviço fora das especificações integrantes do Termo de Referência poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância da **CONTRATANTE**, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança dos serviços;

**5.15.** Considerando que a **CONTRATADA** tem qualificação técnica e comprovada capacidade para a execução dos serviços, de modo algum será aceita qualquer alegação, durante a execução do contrato, quanto a possíveis indefinições, omissões ou incorreções contidas no conjunto de elementos que constituem o Termo de Referência, como pretexto para pretender cobrar materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas e acessórios;

**5.16.** A **CONTRATANTE** deverá ser previamente consultada nos casos omissos no Termo de Referência e definirá os procedimentos de maneira a manter o padrão de qualidade dos serviços previstos;

**5.17.** A **CONTRATADA** deverá manter interlocução contínua com o fiscal do contrato, disponibilizando canal direto para tratativas urgentes e acompanhamentos operacionais;

**5.18. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

5.18.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da **CONTRATADA**;

**5.19. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

5.19.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

---

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Após a emissão da nota de empenho, fica(m) o(s) servidor(es) responsável(is) pelo gerenciamento do saldo até o esgotamento deste.

**6.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.4.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.5.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.7. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:**

- 6.7.1. Orientar aos servidores municipais da Prefeitura no acompanhamento e fiscalização da execução das obras oriundos de convênios, conforme leis, normas e padrões técnicos vigentes pelos órgãos competentes;
- 6.7.2. Apoio técnico à Prefeitura na instrução de processos e deliberações urbanísticas;
- 6.7.3. Elaborar boletins de medições das obras e dos serviços de contratados na área engenharia civil, apresentando memórias de cálculos das quantidades e documentação fotográfica;
- 6.7.4. Emissão de pareceres técnicos assinados por profissionais habilitados (engenheiro (a) ambientalista);
- 6.7.5. Monitorar o módulo de engenharia do sistema de monitoramento de obras públicas do Ministério da Educação, o SIMEC;
- 6.7.6. Monitorar o módulo de engenharia do sistema de monitoramento de obras públicas do Ministério da Saúde, o SISMOB;
- 6.7.7. Acompanhar e fiscalizar convênios estaduais e federais, tais como Caixa Econômica Federal ou outro órgão fiscalizador, como também assessorar na aprovação dos projetos, execução dos serviços e prestações de contas referentes à engenharia;
- 6.7.8. Análise técnica de projetos de loteamento, condomínio, posto de gasolina, resorts, hotéis, extração de minérios, ou quaisquer empreendimentos urbanos que necessite de aprovação para construção ou reforma;
- 6.7.9. Verificação da conformidade com o Plano Diretor, Código de Obras, legislações ambientais e normas técnicas;
- 6.7.10. Elaborar planilhas orçamentárias utilizando tabelas de preços dos diversos órgãos públicos disponíveis (por exemplo: SINAPI, SICRO, DER/PE, Emlurb, Compesa, Seinfra, Orse, etc) e outras tabelas oficiais aceitas pelos órgãos competentes, além de elaborar composição de preços unitários, quando não houver itens de serviços nas tabelas de referência;
- 6.7.11. Elaborar projetos básicos e executivos de engenharia para obras de pequena complexidade, que não envolvam estudos e projetos de disciplinas específicas (isto é, não estão incluídos levantamentos topográficos, sondagens, projetos estruturais, elétricos, hidrossanitários, de lógica e telefonia, etc);
- 6.7.12. Assessorar a comissão de licitação no tocante ao julgamento da área técnica, recomendando as exigências de acervo técnico e emitindo pareceres técnicos de habilitação e análise de propostas de preços para os processos licitatórios pertinentes aos contratos de obras e serviços de engenharia;
- 6.7.13. Assessorar nos atendimentos de outras demandas ligadas à engenharia civil, quando solicitado pela Administração Municipal;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

- 6.7.14. Elaborar Laudos de avaliações e Pareceres Técnicos de obras;
- 6.7.15. Realização de vistorias técnicas presenciais, quando necessário;
- 6.7.16. Avaliação de possíveis impactos ambientais, uso de APPs e necessidade de licenciamento;
- 6.7.17. Proposição de medidas corretivas, condicionantes e exigências para regularização;
- 6.7.18. Apoio técnico à Prefeitura na instrução de processos e deliberações urbanísticas.
- 6.7.19. Elaborar Laudos de avaliações e Pareceres Técnicos de imóveis para instauração de processos de emissão de ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis;
- 6.7.20. Elaborar Laudos de avaliações e Pareceres Técnicos de imóveis para expedição de habite-se;

**6.8. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:**

- 6.8.1. A execução do objeto do presente Termo de Referência, será iniciada a partir do recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo gestor do contrato ao longo da vigência do contrato, conforme necessidade da Contratante;
- 6.8.2. A contratante rejeitará no todo ou em parte a entrega do objeto em desacordo com o Edital e com o presente Termo de Referência;
- 6.8.3. Todas as despesas com entrega e retirada de documentações e materiais de apoio correrão por conta da **CONTRATADA**;
- 6.8.4. Caso não atendam as especificações, a **CONTRATADA** terá um prazo de 10 (dez) dias para se ajustar as observâncias técnicas realizadas pela **CONTRATANTE**;
- 6.8.5. Os serviços serão objeto de inspeção, que será realizada por técnico responsável, e constará que os serviços realizados e os produtos utilizados atendem às especificações mínimas exigidas e as normas técnicas;
- 6.8.6. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos serviços realizados com as especificações técnicas exigidas no Edital e Termo de Referência e aquelas oferecidas pela **CONTRATADA**, o Gestor do Contrato emitirá o **TERMO DE RECEBIMENTO**.

**7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

---

**7.1. Da Fiscalização**

- 7.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);
- 7.1.2. Durante a vigência do Contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo Contratante, devendo a **CONTRATADA** fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- 7.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

7.1.4. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pelo **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário;

7.1.5. O **CONTRATANTE** poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou representante da empresa **CONTRATADA** que venha causar embaraço a fiscalização do contrato, ou em razão de procedimentos ou atitudes incompatíveis com o exercício de suas funções;

7.1.6. O **CONTRATANTE** comunicará por escrito à **CONTRATADA** as irregularidades encontradas na entrega do objeto, definindo as providências e os prazos para a realização das correções consideradas pertinentes;

7.1.7. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à **CONTRATANTE** é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

7.1.7.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

7.1.7.2. Solicitar aos supervisores/encarregados da **CONTRATADA** o reparo/correção de eventual imperfeição na execução dos serviços;

7.1.7.3. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

7.1.7.4. Executar, mensalmente, a avaliação dos serviços, mensurando os serviços efetivamente prestados, descontando o equivalente aos não realizados, bem como aqueles não aprovados por inconformidade aos padrões estabelecidos, desde que por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato;

7.1.7.5. Encaminhar à **CONTRATADA**, até 3 (três) dias úteis da apresentação pela empresa de relatório com a descrição dos serviços efetivamente executados e os respectivos valores apurados, o Relatório Mensal de Avaliação dos Serviços de Manutenção Predial elaborado a partir da consolidação dos resultados das avaliações periódicas, com a indicação do valor a ser liberado da Nota Fiscal/Fatura mensal.

## **7.2. Da Fiscalização Técnica**

7.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.2.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

7.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**7.3. Da Fiscalização Administrativa**

7.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**7.4. Do Gestor do Contrato**

7.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela





ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

---

### **8.1. Das Responsabilidades da CONTRATADA**

8.1.1. Executar o objeto com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo(a) **CONTRATANTE**.

8.1.2. A **CONTRATADA** obriga-se a:

8.1.2.1. Observar as normas de segurança e medicina do trabalho na execução dos serviços;

8.1.2.2. Recrutar e selecionar os profissionais necessários e com a qualificação mínima à realização dos serviços;

8.1.2.3. Propiciar aos empregados as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços.

8.1.3. A **CONTRATADA** deverá submeter à aprovação da Prefeitura, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico, conforme exigências da própria Prefeitura, que, porventura, venha a substituir o profissional originalmente indicado;

8.1.4. A **CONTRATADA** deverá submeter à **FISCALIZAÇÃO**, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços, antes de sua execução;

8.1.5. A **CONTRATADA** deverá entregar à **CONTRATANTE** a relação de todos os representantes ou prepostos que terão qualquer tipo de vinculação com o serviço, objetivando manter a qualidade técnica dos serviços a serem executados;

8.1.6. A **CONTRATADA** deverá exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's que se fizerem necessários. Bem como difundir normas e procedimentos de segurança, em seu quadro de pessoal, os profissionais de segurança em número e qualificação requeridos pelas normas legais;

8.1.7. A **CONTRATADA** deverá apresentar as Equipes devidamente uniformizadas e identificar os seus profissionais através de crachás contendo fotografia recente, nome e função, bem como exigir seu uso em local visível. A **CONTRATADA** não poderá repassar os custos de qualquer dos itens de uniforme e dos equipamentos de proteção individual a seus empregados;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

8.1.8. A **CONTRATADA** deverá adotar todas as medidas de segurança em consonância com a Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho, legislação e normas pertinentes sobre segurança, medicina e higiene do trabalho;

8.1.9. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos;

8.1.10. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, no edital de licitação e seus anexos;

8.1.11. Correrão, exclusivamente por conta da **CONTRATADA**, todas as despesas com relação à manutenção e administração dos serviços, sendo responsável em relação aos seus empregados por todas as despesas decorrentes do serviço, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras obrigações que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

8.1.12. A **CONTRATADA** deverá responder pelos danos causados diretamente à **PREFEITURA DO SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, excluindo ou reduzindo essa responsabilidade quando houver tido Fiscalização ou acompanhamento pela equipe de **FISCALIZAÇÃO** da contratante;

8.1.13. A **CONTRATADA** deverá responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da **PREFEITURA DO SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços e, bem assim, arcar com despesas decorrentes de qualquer infração nos locais e objeto de realização dos serviços;

8.1.14. Será de responsabilidade da **CONTRATADA** a eventual destruição ou danificação do local, até a aceitação definitiva dos serviços, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública;

8.1.15. A **CONTRATADA** deverá assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços;

8.1.16. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à **CONTRATADA** formular imediata comunicação escrita à **PREFEITURA DO SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços;

8.1.17. Conforme preconiza o artigo 119 da Lei 14.133/21 e suas alterações, a **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. Os serviços de reparação/correção citados e demais anteditos, deverão ser realizados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação emitida pela **PREFEITURA** ou no prazo para tanto, estabelecido pela Fiscalização;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

- 8.1.18. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **PREFEITURA**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- 8.1.19. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelas despesas decorrentes dos serviços rejeitados pela **FISCALIZAÇÃO** e pelos atrasos acarretados por eventual rejeição;
- 8.1.20. A **CONTRATADA**, antes do início de qualquer atividade relacionada com os serviços, deverá ter obrigatoriamente o conhecimento total e perfeito da planilha contratada, das especificações técnicas consignadas no Termo de Referência, do estabelecimento das normas técnicas pertinentes, assim como das condições do local onde serão executados os serviços;
- 8.1.21. A **CONTRATADA** deverá substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados em dias úteis, sempre que exigido pela **CONTRATANTE**, e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da **CONTRATANTE** ou ao Interesse Público;
- 8.1.22. A **CONTRATADA** obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer;
- 8.1.23. A **CONTRATADA** deverá informar endereço de e-mail válido, através do qual se efetivará, preferencialmente, a comunicação com a **CONTRATANTE**;
- 8.1.24. A **CONTRATADA** deverá manter a disciplina nos locais dos serviços, substituindo, no prazo assinalado, qualquer empregado que adote conduta inconveniente;
- 8.1.25. A **CONTRATADA** deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, após os primeiros socorros realizados pela **CONTRATANTE**;
- 8.1.26. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE** qualquer alteração na equipe de empregados que esteja prestando serviços;
- 8.1.27. A **CONTRATADA** deverá relatar, por escrito, ao Fiscal da **CONTRATANTE**, toda e qualquer anormalidade observada afeta à prestação dos serviços;
- 8.1.28. A **CONTRATADA** deverá responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causem ao patrimônio da **CONTRATANTE** ou a terceiros, durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 8.1.29. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se integralmente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do **CONTRATO**;
- 8.1.30. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços respeitando as especificações técnicas, sem prejuízo dos padrões definidos pela **CONTRATANTE**;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

8.1.31. A **CONTRATADA** deverá reparar danos eventualmente causados por falha na execução do objeto da contratação, devendo providenciar mão de obra e insumos necessários à execução dos serviços de reparo;

8.1.32. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial.

**8.2. Das Responsabilidades da CONTRATANTE**

8.2.1. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados, emitindo, mensalmente, relatório sobre a qualidade dos serviços prestados;

8.2.2. Assegurar o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA**, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais de prestação dos serviços;

8.2.3. Prestar à **CONTRATADA** as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

8.2.4. Comunicar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;

8.2.5. Fornecer à **CONTRATADA** os elementos básicos, especificações, instruções complementares e esclarecimentos, suficientes e necessários à respectiva execução do objeto;

8.2.6. Fiscalizar a execução dos serviços por um representante da **CONTRATANTE**, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, a fim de acompanhar, conferir, fiscalizar e aprovar ou não a execução dos serviços objeto do contrato fornecido pela **CONTRATADA**;

8.2.7. Efetuar o pagamento dos serviços, nos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, mediante a apresentação dos documentos hábeis para prática de tal ato;

8.2.8. Determinar o afastamento do pessoal da **CONTRATADA**, mobilizado para a execução dos serviços, em caso de conduta imprópria, a seu exclusivo critério;

8.2.9. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades verificadas na execução do contrato, bem como da eventual aplicação de multas, sanções, alterações e repactuações do Contrato;

8.2.10. Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

8.2.11. A **CONTRATANTE** terá, também, as atribuições de:

8.2.11.1. Analisar e aprovar a programação de atividades elaboradas pela **CONTRATADA**;

8.2.11.2. Dirimir as dúvidas da **CONTRATADA**, que porventura surjam durante a execução dos serviços, com relação a qualquer aspecto ligado ao objeto do Contrato.

8.2.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO**, por fiscal do contrato especialmente designado para este fim, nos termos do art. 117, da Lei Federal nº 14.133/21;

8.2.13. Indicar, formalmente, o gestor para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

previsto neste Termo de Referência, e fiscal para auxiliá-lo na avaliação periódica da prestação dos serviços;

8.2.14. Utilizar-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, parte integrante deste Termo de Referência;

8.2.15. Acompanhar diariamente os postos de trabalho, assim como também a execução dos serviços;

8.2.16. Solicitar regularmente os comprovantes de pagamento que demonstrem a regularidade da empresa contratada junto ao: FGTS, Previdência Social e CND – Certidão Negativa de Débito, correspondente ao mês da última competência vencida;

8.2.17. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

---

### **9.1. Do fornecimento do objeto**

9.1.1. O fornecimento do objeto desta licitação será de forma **PARCELADA**, devendo a empresa contratada realizar o fornecimento dos serviços a partir do recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo gestor do contrato ao longo da vigência do contrato, conforme as necessidades da Secretaria Municipal demandante.

9.1.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a **CONTRATANTE** poderá:

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, reparo ou refazimento ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição, reparo ou refazimento, a **CONTRATADA** deverá fazê-los em conformidade com a indicação da Administração, mantidos o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

9.1.3. A prestação dos serviços será fiscalizada por servidor responsável designado pela autoridade superior do órgão demandante.

### **9.2. Prazo de pagamento**

9.2.1. O Pagamento deverá ser efetuado mensalmente à **CONTRATADA** até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente à prestação de serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, comprovando a realização dos serviços.

### **9.3. Forma de pagamento**

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

9.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

9.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, consoante disposto no inciso III, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021.

### **10.2. Forma de fornecimento**

10.2.1. O fornecimento do objeto será de forma **PARCELADA**.

### **10.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **10.3.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.3.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

10.3.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.3.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

10.3.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**10.3.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.3.5.1. Para comprovar sua aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, o licitante deverá comprovar de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos a seguir, devidamente justificados no presente processo licitatório, restringindo à apresentação da seguinte documentação:

10.3.5.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.3.5.3. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá ser apresentada a Certidão Licitação 1º e 2º Graus emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, obtidas no portal do tpe.

10.3.5.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais – 2023 e 2024 –, comprovando;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.3.5.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.3.5.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

10.3.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.3.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**10.3.5.9. JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIA DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ NO EDITAL**

- I. Serão exigidos índices de liquidez corrente e geral, não inferiores a 1, (um), ou seja, para cada um real de dívida de curto e de longo prazo, a empresa deverá possuir, no mínimo, um real de recursos disponíveis na somatória da mesma fração de tempo, ou seja, no curto prazo e também no longo prazo.
- II. Será exigido ainda, o índice de Solvência Geral, que expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Exige-se, de igual modo, que para cada 1 (um) real de dívida a empresa disponha de, no mínimo, 1 (um) real correspondente no ativo total, ou seja, a empresa demonstrará pela capacidade de liquidação de suas obrigações, levando-se em conta todo o seu patrimônio (disponibilidades de curto e de longo prazo e patrimônio permanente), o que vale dizer, em caso de encerramento de suas atividades, no momento em que venha a ocorrer, a empresa evidenciará total solvência.
- III. Justificam-se as exigências acima mencionadas, inicialmente, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.
- IV. Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à Administração Municipal a plena execução do objeto contratado.
- V. Nesse sentido, faz-se necessária remissão a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em especial os TCs 011286/026/08 e 023220/026/06; bem como Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 779/2005 – Plenário e nº 354/2016 – TCU – Plenário. Verifica-se, portanto, que a previsão aqui inserida, coaduna-se com o previsto na Lei, com as práticas usuais e com a Jurisprudência emanada dos Tribunais de Contas do Estado e União.

**10.3.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**





ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

10.3.6.1. Registro ou inscrição da empresa contratada no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do domicílio ou sede da licitante, em plena validade.

10.3.6.2. Para atendimento à **qualificação técnico-profissional**, comprovação da licitante de apresentar profissional(ais) registrado(s) no que competir, no CREA e/ou CAU detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto do presente Projeto Básico, devidamente acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico (CAT) expedida pelo CREA e/ou CAU no que competir.

10.3.6.3. O detentor do atestado de responsabilidade técnica e/ou da Certidão de Acervo Técnico (CAT), deverá pertencer ao quadro da Proponente, que deverá fazer sua comprovação mediante apresentação dos documentos constantes da alínea "a.2", desta subcláusula, no que couber.

10.3.6.4. Certidão ou atestado fornecidos, em nome da Proponente, por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de **01 (um) ano**.

10.3.6.5. A contratada deve apresentar "Documentos de Habilitação", Declaração assinada por responsável técnico da contratada de que tomou conhecimento de todas as informações contidas no local de realização dos serviços, tomando ciência das condições físicas locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

| ITEM                       | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR UNITÁRIO |
|----------------------------|--|---------|------------|----------------|----------------|
| 1                          | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO DE ENGENHARIA PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, ESTRUTURAIS, ELÉTRICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE. | MÊS     | 12         | R\$ 9.500,00   | R\$ 114.000,00 |
| VALOR TOTAL                |  |         |            |                | R\$ 114.000,00 |
| CENTO E QUATORZE MIL REAIS |  |         |            |                |                |

11.1. O valor total estimado para a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO DE ENGENHARIA PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, ESTRUTURAIS, ELÉTRICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS** é de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais).



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

**11.1.** O valor total estimado para a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO DE ENGENHARIA PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, ESTRUTURAIS, ELÉTRICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS** é de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais).

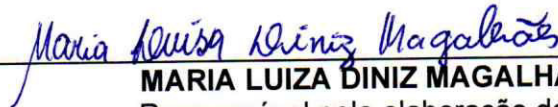
## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

**12.1.** As despesas para aquisição de materiais e fornecimento de serviços decorrentes da presente licitação correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:

1.5000.5001.15.122.15002.1.34 - 3.3.90.39

SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE, 08 de Outubro de 2025.



---

**MARIA LUIZA DINIZ MAGALHÃES**  
Responsável pela elaboração da TR